



Programa
**CULTURA de
DIREITOS**

Inscrições abertas

Oficinas Gratuitas

MÚSICA (CORAL, PERCUSSÃO, SOPRO OU CORDAS)

VÍDEO ARTE (CINEMA E FOTOGRAFIA)

MÍDIAS SOCIAIS (GESTÃO DE REDES SOCIAIS)

CAPOEIRA

informações e inscrições de segunda a sexta,
das 9 às 16 horas, nestes endereços:

Bambuí / Jardim Balneário Rua 118, Quadra 127, Lote 10 (próxima à Escola Municipal Professora Alcione Rangel)

Camburi / Pedreiras Rua dos Quintanilhas, 102 (Rua Alcides José Rodrigues)

Inoã / Itapuaçu Rua da Esperança, Lote 18 Quadra 17, Loteamento Chácaras (antiga rua 5 - próximo ao CRAS)

Itaipuaçu / Recanto Rua Isaltina Filomena Soares, Nº203, Quadra 10, Lote 128 (antiga 5)

**Garanta sua
vaga já**

Não jogue este folheto na via pública. Descarte-o adequadamente.

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2018



PREFEITURA DE
MARICÁ
#MaisPertoDeVocê

SECRETARIA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR,
DIREITOS HUMANOS E MULHER



Programa
**CULTURA de
DIREITOS**

Maricá - setembro de 2018 - ANO I, n 01

DIREITOS HUMANOS EM PRIMEIRO LUGAR



Secretaria é uma garantia de que os direitos humanos em Maricá serão respeitados. Os problemas impostos para as minorias da sociedade, já tem um canal direto com o poder público.

A secretaria se estrutura nos seguintes eixos: Conselhos, Direitos Humanos, LGBT, Movimento Populares, Juventude, Mulher e Igualdade Racial.

Pag 02 e 03

Maricá avança nos direitos do LGBT



Coordenadoria LGBT realiza ações importantes para Maricá reconhecer os direitos dessa população e conhecer os diversos ativistas nacionais e internacionais que atuam em defesa da causa.

Pag 07

Mulheres recebem tratamento especial em Maricá



A Coordenadoria de Políticas para Mulheres (CPM) desenvolve um trabalho que garante os direitos das mulheres, encaminha casos de exploração sexual de crianças e adolescentes e atua na proteção dos direitos das mulheres vítimas de violência doméstica. **Pag 05**

DIREITOS HUMANOS PARA TODA A POPULAÇÃO



Os direitos humanos são os direitos básicos de todos os seres humanos, independentemente de raça, gênero, nacionalidade, sexualidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição, pois sua concepção parte do princípio de que não é possível garantir o direito de nenhum ser humano a menos que se garanta o direito de todos indiscriminadamente. Isso porque não seria possível fazer um recorte preciso de quem mereceria direitos e quem não mereceria.

Pag 06

PREFEITURA DE MARICÁ IMPULSIONA DIREITOS HUMANOS NA CIDADE

Reportagem Sergio Henrique Pancione Junior

João Carlos de Lima (Birigu), 52 anos, nascido na Vila Kennedy, RJ, ocupou os cargos de assessor de Francisco Milani na rio Arte, coordenou as lonas culturais no município do Rio de Janeiro, foi Subsecretário de Cultura em Maricá, Subsecretário de Economia Solidária do Rio de Janeiro, e coordenador do projeto de implantação das lonas culturais no estado do Rio de Janeiro. Hoje, a frente da Secretaria de Participação Popular, Direitos Humanos e Mulher do município de Maricá, enfrenta o desafio de formar cidadãos e encurtar a relação entre a população e o poder público municipal.

CD- QUAL A FUNÇÃO DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE ATUAL?

Ela é uma secretaria meio e não fim. Ela existe para garantir os direitos de toda a população e amenizar, de certa forma, os problemas impostos às minorias da sociedade.

Temos várias questões a serem tratadas como por exemplo a intolerância com a homossexualidade, a questão dos negros, que tanto contribuíram para a cultura do Brasil, a questão das mulheres, que são discriminadas pelo simples fato de engravidar, entre tantas outras parcelas da população.

Na atual conjuntura da sociedade, com a disseminação do ódio e do preconceito, o fortalecimento dos direitos humanos se faz mais que necessário, se torna um instrumento de resistência desses grupos.

Seja em Maricá ou em qualquer parte do mundo, é vital a existência de uma secretaria de direitos humanos.

CD - COMO SE ESTRUTURA A SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS?

A secretaria se estrutura nos seguintes eixos: Conselhos, Direitos Humanos, LGBT, Movimento Populares, Juventude, Mulher e Igualdade Racial. Cada eixo tem a obrigação de levar esses temas específicos para a discussão na sociedade de Maricá. Hoje a secretaria conta com uma estrutura, que nunca se teve em Maricá, que vai além da sede da secretaria e que sempre estará a serviço da sociedade Maricaense.

CD- QUAIS PROJETOS SÃO DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA?

A partir dos eixos já mencionados cada pasta tem autonomia para realização de suas atividades. Levamos debates e discussões para a sociedade de Maricá, dando visibilidade à vários temas.

Como exemplos, podemos citar o eixo da Igualdade Racial, o eixo dos Direitos Humanos e o eixo da Juventude que atua em parceria com a UMES, União Maricaense dos Estudantes, em apoio aos estudantes da rede municipal e estadual. Esses são pequenos exemplos do que é desenvolvido dentro da secretaria.

Mas hoje temos um programa central, o "Cultura de Direitos", que contribuirá com a organização e estruturação destes trabalhos.

CD - NO QUE CONSISTE O PROGRAMA "CULTURA DE DIREITOS"?

O programa Cultura de Direitos é estruturado em várias ações. Em uma delas teremos 4 oficinas que estarão sendo oferecidas em núcleos espalhados pela cidade, um em cada distrito de Maricá. São oficinas de Capoeira, Música, Vídeo Arte (Cinema) e Mídias Sociais.

Essas oficinas além de serem instrumentos de profissionalização do indivíduo, servirão como fio condutor para a aproximação da população com as políticas da secretaria e de todo o governo.

Alguns cursos serão voltados para o mercado de trabalho, com um alto nível de profissionalismo e estrutura de ponta para a formação da população, enquanto que outros contribuirão para a formação cultural e artística.

Somente com políticas públicas desse nível conseguiremos reduzir as diferenças sociais.

CD - COMO A CULTURA PODE SER FIO CONDUTOR PARA A APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS?

A cultura como um todo tem papel preponderante no processo de transformação da sociedade. A cultura pode, e deve, ser em Maricá o fio condutor deste processo que passa pela consciência da população que o que está

sendo oferecido não é dívida de um deus ou pessoa e sim uma decisão do governo e da secretaria encarregada, no caso a de Participação Popular, Direitos Humanos e Mulher.

Vemos a cultura como polo aglutinador. Temos como exemplos a música, o teatro, a dança que conseguem aglutinar do jovem ao idoso. É cada vez mais importante que a cultura de Maricá esteja nas ruas, e isso entra diretamente no programa Cultura de Direitos.

CD - QUAL O PAPEL DA JUVENTUDE NOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA?

Posso dizer que a juventude é um capítulo à parte da história dessa secretaria.

Este período em que estamos à frente da secretaria, a juventude se destacou, somou em várias ações nossas. Com o vigor da juventude, com conhecimento, com aquela energia de rebeldia, foi construído um grau de simpatia com os outros eixos e os eixos que possuem pessoas com mais idade acabaram se contagiando com essa energia de querer mudar a sociedade.

Então a juventude sempre vai ter um papel predominante na nossa secretaria ou em qualquer secretaria que queira avançar em um projeto igualitário de sociedade.

CD - O QUE VOCÊ CONSIDERA SER O PRINCIPAL DESAFIO EM MARICÁ?

É a integração das áreas periféricas. Não tem como você ter áreas em Jacaré e não se ver como Maricá. Não tem como ter Recanto e Itaipuaçu e não se enxergar como parte de Maricá. Hoje você tem o Espraído, em que muitas vezes as pessoas não se veem como cidadão de Maricá.

Então temos que fazer com que essas áreas periféricas se integrem através das políticas da

Novas Coordenações para estreitar a comunicação do cidadão com o poder público municipal



A Secretaria de Participação Popular, Direitos Humanos e Mulher (SPPDHM) criou a Coordenadoria de Movimentos Populares (CMP) para estreitar a comunicação entre a comunidade e o poder público municipal. A população de Maricá passa a ter um canal direto para solicitar pedidos de melhorias de rua, de iluminação pública, de limpeza urbana e demais serviços da prefeitura. Tudo pode ser

comunicado diretamente à CMP.

A principal função da CMP é levar ao conhecimento da população os serviços prestados pela prefeitura e dar orientação jurídica e de organização comunitária. "Nossa equipe orienta a criação de associação de moradores", exemplifica Honório Neto, coordenador da CMP. Além disso, um dos principais projetos da CMP é a incubadora de

Movimentos Populares (MPs) para capacitar os representantes comunitários a gerenciar seus projetos sociais e captar recursos.

Outro importante instrumento da SPPDHM é a Coordenadoria Municipal de Conselhos, responsável por fortalecer a gestão de todos os conselhos municipais, fazendo com que eles possam funcionar melhor, de maneira mais integrada com a sociedade civil.

Em março e abril deste ano, a Coordenadoria Municipal de Conselhos, em parceria com o Movimento de Mulheres de São Gonçalo, realizou um curso de formação para conselheiros. O curso abordou questões como Democracia Participativa no Brasil, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Constituição Federal, Conselhos de Direitos no Brasil e Políticas Públicas Municipais.

A coordenadora municipal dos conselhos Leci Alberti tem como objetivo a Casa dos Conselhos de Maricá, um espaço no qual todos os processos dos Conselhos Municipais estarão acessíveis aos cidadãos e à gestão municipal, além de ser uma forma de encontro, debate, estudo e reflexão sobre as políticas públicas de Maricá, democratizando a gestão local.

Maricá caminha ao lado dos Direitos LGBT

A Secretaria de participação Popular, Direitos Humanos e Mulher tem uma coordenadoria de fundamental importância para o combate à LGBTfobia e em favor dos direitos LGBT, a Coordenadoria Municipal de Políticas e Direitos LGBT de Maricá.

A coordenadoria atua na defesa de direitos humanos LGBT e realiza diversos projetos voltados para este público. As atividades acontecem em praças, escolas, centros culturais e igrejas. Segundo Carlos Alves, coordenador LGBT, "estas ações são muito importantes para a conscientização da população de Maricá sobre o tema e conhecer os diversos ativistas nacionais e internacionais que atuam em defesa da nossa causa".

Entre as atividades, estão mostras de curtas e longas metragens, apresentações de shows de artistas trans maricaenses, Parada do Orgulho LGBT e debates. A Coordenadoria também esteve presente no Festival da Utopia, em 2016 e 2018.

Na área da assistência social, existe um programa de acolhimento e apoio a população LGBT em situação de risco ou ameaça. Já foram atendidas mais de 100 pessoas, que foram encaminhadas para abrigos especiais de LGBT (população Trans). O programa também ajuda na prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e oferece orientação jurídica. Em parceria com a Defensoria Pública, instrui sobre união civil e retificação de nome em documentos para a população transgênera, além de outras questões



jurídicas.

A coordenadoria também promove eventos de rua nos quatro distritos de Maricá para maior democratização do acesso à cultura e ao lazer. Foram beneficiadas pelos programas da coordenação cerca de 12.000 pessoas. "É um trabalho pela vida, pela cidadania que nunca

teve na cidade. Principalmente diante do que está acontecendo agora, torna-se cada vez mais importante o desenvolvimento desse trabalho. Investir na transversalidade, ocupar vários espaços, interagir com a população, lutando contra o preconceito que a gente sabe que ainda está tão presente." Conclui Carlos Alves, coordenador.

EXPEDIENTE:

Jornal Cultura de Direitos, uma publicação da Secretaria de participação Popular, Direitos Humanos e Mulher do Município de Maricá e Casa da Cultura Baixada Centro de Formação Artística e Cultural da Baixada Fluminense, Endereço da Sede do Programa: Rua Pereira Neves, 247, Centro, Maricá (próxima ao hospital) - Jornalista responsável Luiz Moraes RPR-MT -JP-24304-RJ. Colaboradores Tainah Longras e Sergio Henrique, diagramador: Alexandre Campos - Fotografia: Arquivos da secretaria - Revisão- Luiz Moraes Tiragem 50.000.

Juventude em primeiro lugar



1. Semana da Juventude
A Semana da Juventude já é lei em Maricá e tem como objetivos propiciar o debate e a reflexão sobre a juventude, estimular a promoção da convivência mútua e a cooperação entre os jovens e estimular o surgimento de novas lideranças. O público alvo é de jovens entre 13 e 29 anos e é realizada anualmente.

2. Conselho e Fundo de Juventude

O conselho será formado a partir de um Congresso de Juventude que elegerá os seus membros. O Fundo Municipal da Juventude é vinculado à Secretaria de Participação Popular, Direitos Humanos e Mulher e os recursos serão aplicados em ações para juventude. A gestão do FMJ será orientada por um Conselho Gestor deliberativo formado por membros do poder público e da sociedade civil.

3. Jogos Estudantis
Em parceria com as Secretarias de Educação e de Esporte, teremos uma competição com escolas das redes municipal, estadual e particular com diversas modalidades e, paralelamente, serão realizadas atividades artísticas e culturais e um show de

encerramento com bandas locais e uma de renome nacional.

4. Congresso Municipal de Juventude
O Congresso Municipal de Juventude é o espaço de discussão e elaboração da política de juventude de Maricá e elege os representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Juventude, a ser realizado anualmente.

5. Renda Mínima Jovem Solidário / Bilhete Universitário
São programas que beneficiam jovens através da transferência de renda e do cadastro de estudantes universitários para o transporte que será gerido pela Coordenadoria de Juventude, em parceria com outros órgãos da administração e a sociedade civil.

6. Curso Bilíngue para a Juventude
A partir do Seminário de Direitos Humanos, o secretário Birigu aprovou e está encaminhando a realização de cursos de inglês e espanhol para jovens de Maricá, a ser gerido pela Coordenadoria. Luiz Felipe Hadesh, membro da coordenadoria, afirmou “precisamos, realmente, inserir estes jovens na sociedade fazendo com que eles percebam que são parte integrante da sociedade e passem a exigir seus direitos junto ao poderes públicos municipal, estadual e federal”.



prefeitura como esporte, cultura, desenvolvimento social. E fazer com que essas áreas não fiquem excluídas dessas políticas, fazendo com que a população vá para os eventos no Centro, mas que os eventos aconteçam nessas áreas também. Esse é um desafio nosso e vamos dialogando para os bairros periféricos não se sentirem excluídos.

CD - QUAL O PAPEL DAS ÁREAS PERIFÉRICAS NESTE PROCESSO?

Tradicionalmente se tem uma visão de quem está à frente da gestão, da máquina pública, acha que tem a melhor ideia para as áreas periféricas. Mas não, quem sabe de fato o que precisa é a população local. As melhores ideias têm que vir dessas áreas, dos moradores.

Nós, gestores públicos, devemos ser somente os fios condutores para que essas ideias cheguem até o executivo. Nós não podemos ter ações que não discutidas com os moradores, já que eles vão ser os

beneficiados, eles têm que discutir essas ações. A participação dos moradores dessas áreas é essencial para a execução de ações nessas áreas.

CD - COMO DAR VOZ AS PERIFÉRIAS?

A experiência que tivemos no Rio Grande do Sul, com Olívio Dutra, nos mostra que o orçamento participativo se faz mais que necessário. Só tem uma forma de fazer com que as pessoas se sintam representadas, com você dando voz a elas. E isso se faz com o orçamento participativo, todas as áreas da cidade e, particularmente, as áreas periféricas têm que ser integradas no contexto de discussão de onde usar os recursos.

Hoje não tem como você falar em uma gestão democrática sem orçamento participativo.

CD - O QUE A POPULAÇÃO PODE ESPERAR DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS?

Uma secretaria aberta a ouvir, discutir e buscar soluções para os seus problemas. Seremos sempre uma secretaria que está na rua, nas áreas periféricas, para que a voz da população seja ouvida. Nossa secretaria possui uma estrutura que só faz sentido se estiver completamente voltada para a população de Maricá.

Direitos humanos para toda a população de Maricá



A coordenadoria de Direitos Humanos (CDH) está sendo criada para fomentar e acompanhar a execução de políticas públicas relacionadas à promoção dos Direitos Humanos, servindo como um canal de ligação entre a sociedade civil e o poder público. Seu objetivo principal é a luta para garantir aos cidadãos de Maricá acesso ao poder judiciário e investir na resolução pacífica dos conflitos relacionados com os direitos humanos.

Para a coordenadora, Lene Oliveira, “Os direitos humanos são valores e normas que dizem respeito à vida e à dignidade, estão consagrados em declaração, convenções e tratados

internacionais, sendo o referencial a Declaração dos Direitos Humanos da ONU”.

A CDH realiza diversas atividades em toda cidade. Entre estas, está o Curso de Educação em Direitos Humanos para estimular o conhecimento. Outra iniciativa são as palestras e debates organizados para alcançar mais pessoas que um curso de formação tradicional não atende, como as rodas de conversa “Palavras Sagradas” na II Jornada Esportiva e Cultural de Maricá na Aldeia da Mata Verde Bonita e “Direitos Humanos e a participação no Estado Democrático” na Tenda dos Direitos Humanos no II Festival Internacional da Utopia.

“Essas atividades alcançam a população em geral, o que possibilita que a sociedade comece a compreender nosso trabalho, mas acima de tudo, a conhecer os seus direitos” garante a coordenadora da CDH.

A coordenação vem atuando no acolhimento dos familiares das vítimas da chacina do Residencial Carlos Marighella, em Itaipuaçu onde foram assassinados cinco jovens, direcionando-os para atendimento legal e psicológico. A chacina está sendo investigada pela Delegacia Especializada desde março e nada foi descoberto.

A Coordenadoria planeja implantar o Centro de Referência em Direitos Humanos que vai oferecer, em um único espaço, serviços como atendimento psicossocial, orientação jurídica sobre direitos de cidadania, mediação de conflitos com foco na conciliação e educação em Direitos Humanos.

“Temos plena certeza que esta coordenadoria cumpre um papel de agente propagador de cidadania”, conclui João Carlos, secretário da SDHPPM.



A OMS estima que 1,2 milhão de adolescentes morrem por ano no mundo - três mil por dia.

De acordo com a entidade, as principais causas de mortes entre adolescentes brasileiros de 10 a 15 anos são, nesta ordem: violência interpessoal, acidentes de trânsito, afogamento, leucemia e infecções respiratórias.

Já jovens na faixa de 15 a 19 anos morrem em decorrência de violência interpessoal, acidentes de trânsito, suicídio, afogamento e infecções respiratórias.

PERGUNTAS SOBRE O PROGRAMA CULTURA DE DIREITOS

Eugênio Soares, Coordenador do Programa Cultura de Direitos pela Casa da Cultura da Baixada Fluminense

'direitos humanos' seja tema gerador de consciência crítica, formativa, reflexiva e educativa. Nesta perspectiva, usaremos a arte-educação como veículo privilegiado para exercitar uma pedagogia libertadora. Educar com a arte viabiliza a formação integral, capacitando a pessoa no exercício crítico de um mundo cheio de diversidade. Com isso, desenvolveremos através das atividades propostas uma cultura de cidadania participativa e solidária, resultando na concretização de indivíduos conscientes dos direitos e deveres da pessoa humana.

Estão sendo contratadas cerca de 150 pessoas para darem conta de cada um dos projetos que compõem o Programa. Foram selecionadas a partir de currículos, mas principalmente de entrevistas, pois é através dela que percebemos como cada um pode contribuir. Sempre tem chegado currículos de pessoas na sede do Programa, que fica anexo à Secretaria, e da Casa da Cultura.

6- Qual o público alvo de cada atividade do programa? E quantos alunos serão beneficiados com as oficinas? Nas atividades de capacitação e reuniões, o público são os profissionais do programa e da secretaria. Também fazem parte os representantes de outras secretarias que estejam nos conselhos e de representantes de organizações sociais. Já as oficinas o público é a população de forma geral, mas especialmente a juventude de nossa cidade, principalmente de localidades periféricas que precisam ter acesso a um trabalho que seja desenvolvido com qualidade! No total teremos quase mil pessoas realizando algum tipo de atividade nos núcleos do programa!

7- Tomando por base a sua experiência, quais as dificuldades de estabelecer projetos que atendem a jovens vulneráveis? O principal problema sempre é a limitação de recursos para investir na sustentabilidade destes projetos! Isto se dá principalmente pela mentalidade existente na sociedade e dentro dos governos também, de que não dá para investir muito sem ter certeza do retorno e que não vale a pena, pois não há interesse e nem compromisso por parte das pessoas. O desafio é provar justamente o contrário. Há interesse e todo o investimento feito já valerá a pena se uma parcela destas pessoas puderem ver transformadas suas vidas.

3- Que atividades da cultura de Direitos humanos que o programa engloba? Especialmente aquelas já fazem parte das ações da secretaria como o combate a toda forma de preconceito e discriminação, as diversas formas de violência e exploração. Também a promoção de ações que valorizem os coletivos sociais e permitam sua organização.

4- Como surgiu a ideia de criar o "Cultura de Direitos"? Quem esteve por trás da criação do programa? As ações já existiam no Plano de Trabalho que compôs o chamamento público realizado pela Secretaria. Foi um trabalho conjunto com várias contribuições tendo sempre à frente o secretário João Carlos Lima. Com o início do trabalho, cuja instituição contratada foi a Casa da Cultura, nas reuniões de planejamento e montagem das ações surgiu a ideia de dar um nome já que não havia sido especificado. Algo que pudesse representar a ideia de trabalhar os direitos a partir de mudanças culturais e também da arte. Daí, numa destas reuniões o secretário propôs o nome Cultura de Direitos, sendo bem recebido por todos!

5- Qual número de pessoas que serão contratadas e como fazer para ser integrante da equipe?

1- O que é o programa Cultura de direitos? Quais as áreas do município que o programa beneficia? O Programa Cultura de Direitos é uma ação proposta pela Secretaria de Participação Popular, Direitos Humanos e Mulher do município de Maricá e tem como eixos o desenvolvimento e a execução de diversas ações desde assessoria e suporte à Secretaria e suas coordenadorias até atividades culturais e de qualificação. São previstas, por exemplo, a realização de oficinas de capoeira, música, mídias sociais e vídeo arte em 4 núcleos instalados em cada distrito de Maricá, nas localidades de Inoã, Recanto, Bambuí e Pedreiras, escolhidas a partir das problemáticas que existem em cada localidade, mas também pelo perfil da população e dificuldade de acesso aos centros aonde acontecem a maioria de trabalhos deste tipo.

2- Por que fazer a interação de cultura com direitos humanos? A arte é instrumento de linguagem. É lugar de expressão, revelação de mitos, símbolos e de criação humana. A representação simbólica é o que situa o indivíduo no seu contexto social e lhe dá identidade. Neste sentido, utilizar uma metodologia de ensino de arte centrada no fazer, fruir e contextualizar, trabalho de forma interdisciplinar e transdisciplinar, permite o público beneficiado refletir sobre a prática. Propomos, com isto, que

A Coordenação Municipal de Políticas da Igualdade Racial

A Coordenadoria Municipal de Políticas da Igualdade Racial é responsável por promover ações para a prática da cidadania e direitos de igualdade no município de Maricá. Destaca-se na execução de políticas públicas para diversidade racial e o enfrentamento ao racismo, preconceito e discriminação.

O Estatuto da Igualdade Racial determina que esteja garantida à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica, e que é dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades a todo brasileiro, independente da etnia ou cor da pele.

Alinhada a essa mesma diretriz, a coordenadoria desenvolve ações de combate ao racismo e à promoção da igualdade e do exercício dos direitos e garantias individuais e coletivos da população negra, através da valorização, difusão e preservação da sua história e da sua cultura.



A Coordenação de Políticas para Mulheres (CPM)

A Coordenadoria de Políticas para Mulheres (CPM) desenvolve um trabalho para garantir os direitos das mulheres, mas que alcança casos de exploração sexual de crianças e adolescentes. Dentro da sua área de atuação, a coordenação vem se estruturando para construir e recuperar abrigos de proteção aos direitos das mulheres vítimas de violência doméstica. Dentre as suas atividades, a CPM está acompanhando a criação da sala Lilás no Instituto Médico Legal (IML) de Barreto que atende aos municípios de Maricá e Niterói. Assim, o Exame de Corpo Delito em mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e/ou sexual se torna mais humanizado.

A coordenadoria produziu no Dia Internacional da Mulher, a campanha SOU MULHER E ME ASSUMO: NENHUM DIREITO A MENOS PARA AS MULHERES, contra a redução de direitos conquistados pelas mulheres na sociedade brasileira. O evento consistiu em uma série de atividades coletivas e na propagação dessas questões, através de peças publicitárias espalhadas pela cidade.

A CPM realiza em parceria com a Associação de Mulheres do município de Maricá, uma vez por ano, o Prêmio Mulher Cidadã Heloneida Studart, que representa o caráter de luta desta coordenadoria. O Prêmio homenageia mulheres que se destacam na luta pela igualdade de gênero e pela efetivação dos direitos das mulheres e marca as comemorações do dia 8 de março. Também

são realizadas homenagens póstumas.

São promovidas rodas de conversa, seminário de capacitação continuada da equipe do CEAM, visitação à unidade agroecológica no bairro Manu Manuela com assistidas da Casa da Mulher e articulação da rede de prevenção e enfrentamento contra violência doméstica contra a mulher. Todas essas atividades são realizadas com a participação de mulheres assistidas pela coordenadoria. Dentro do Festival Utopia, a coordenadoria realizou roda de conversa "Gênero, Capitalismo e Raça", a comemoração dos 12 anos da lei Maria da Penha e o concurso de redação e desenho sobre a mulher negra, latino-americana e caribenha - projeto Teresa de Benguela.

O CEAM - centro especializado no atendimento as mulheres - Natália Coutinho Fernandes - vinculado à CPM promove a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) às mulheres em situação de violência, contribuindo para a reestruturação e fortalecimento de sua autoestima e, simultaneamente, preparando-as para que possam reivindicar seus direitos. Luciana Piredda, Coordenadora de Políticas das Mulheres da secretaria de direitos Humanos do município de Maricá, afirma "estamos agindo para reduzir a violência contra as mulheres na nossa cidade".

